

**Parecer nº 83/97**

Data: 1997.07.24

Processo nº 239

Requerentes: Dr. João Cruz e Dra. Silvia Sousa

O Director Clínico do Centro Médico Nacional, Lda., e a médica assistente de Arminda Pereira Tavares Borges, falecida no Hospital de Santa Maria, pretendem aceder ao relatório da autópsia, constante dos arquivos daquele Hospital, requerendo, para o efeito, a intervenção intermediadora da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, para efeitos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Para o exercício do direito de acesso, invocam os requerentes - Dr. João Cruz e Dra. Sílvia Sousa - razões de ordem profissional e ética e a circunstância de terem assistido a doente nos últimos cinco anos.

O acesso pretendido respeita a dados pessoais de terceiro, como tal qualificados na lei já citada alínea c) do nº 1 do artigo 4º -, pelo que é indispensável a invocação do interesse directo e pessoal.

Em anterior parecer relativo ao acesso por médico assistente de dados da autópsia e outros dados de análises clínicas de uma sua doente, a Comissão considerou que "não se vislumbram, de facto, razões impeditivas (do acesso), um vez que se trata do médico assistente da falecida...", tendo emitido opinião favorável ao acesso aos dados pessoais em causa.

O interesse directo e pessoal que os médicos, ora requerentes, pretendem ver reconhecido, não deriva de laços familiares, pelo que não se insere num nexo de causalidade imediato de fácil mensuração.

Contudo, na medida em que o acesso é requerido pela médica assistente, não é difícil descortinar razões profissionais e deontológicas para conhecer as causas do falecimento, sendo que estas também podem integrar, em face das concretas circunstâncias (assistência à doente durante cinco anos), um interesse directo e pessoal.

Acresce que pela sua natureza as informações requeridas estão ao abrigo do segredo profissional, tal como vem compaginado no Código Deontológico da Ordem dos Médicos (artigos 67º e 68º), não se vendo, ademais, outras disposições jurídicas que impeçam o acesso.

Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos emite parecer favorável ao acesso, por parte dos requerentes, ao relatório da autópsia de Arminda Pereira Tavares Borges.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*João Labescat* (Relator) - *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – (Tem voto de conformidade dos vogais Dr. Fernando Condesso e Dr. José Magalhães que não assinam por já não se encontrarem presentes) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)